

Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2011¹

Marta de Araujo PINHEIRO²

Escola de Comunicação (ECO)-UFRJ; PPGCOM-UFJF

Natália de Oliveira VIEIRA³

Escola de Comunicação (ECO)-UFRJ

Resumo

A imprevisibilidade e a devastação das catástrofes demandam uma explicação para dar alguma causalidade ao acontecimento, atribuir-lhe suas origens possíveis e indicar o que poderá ser feito. Diante dessas questões, pretende-se identificar como os meios de comunicação narram e imaginam os “desastres naturais” a partir do cenário contemporâneo da mudança climática. Uma análise comparativa sobre a cobertura jornalística no “O Globo” de dois acontecimentos ocorridos em temporalidades distintas, e que supostamente sinalizariam concepções singulares sobre as catástrofes naturais, permite identificar as transformações discursivas entre estes dois momentos: os fortes temporais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1966 e 2011.

Palavras-chave

Catástrofe; Rio de Janeiro; Chuvas; Mídia

Na última década, houve um aumento na frequência e na gravidade dos riscos de “catástrofes naturais”⁴ em escala mundial. Cerca de 19,3 milhões de pessoas no mundo foram obrigadas a deixar suas casas em 2014 devido a diferentes desastres naturais⁵.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura. Docente e pesquisadora da Escola de Comunicação da UFRJ e do PPGCOM-UFJF. Participa do laboratório CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos do Contemporâneo), UFRJ. Email: marta.pinheiro@eco.ufrj.br

³ Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da ECO-UFRJ. Email: nat.oliveira92@gmail.com

⁴ Queremos dizer com “catástrofe natural” um evento que traz uma violação grave do funcionamento de uma sociedade, envolvendo os impactos humanos e perdas materiais, econômicas ou ambientais, e cuja origem é um fenômeno (por exemplo: terremoto, tsunami, furacão, erupção vulcânica, chuvas, seca). Já o conceito de risco “natural” refere-se à probabilidade de um evento ocorrer e produzir consequências negativas. Em termos operacionais, o risco é associado com as ações de prevenção e gerenciamento de socorro de desastres. As aspas em torno da palavra “natural” são utilizadas para salientar que, apesar do carácter natural do fenômeno, são as condições sociais, econômicas e políticas que criam a vulnerabilidade de uma sociedade, possibilitando a passagem do risco ao desastre (Revet, 2010).

⁵ Centro de Monitoramento de Desabrigados Internos (IDMC).

Passamos da categoria de “desastre”⁶ para a da “catástrofe”⁷: a intensificação do desastre em um contínuo gradual de destruição (Lakoff, 2007).

Catástrofes mudam e subvertem o que estamos acostumados a tomar como normalidade, ao mesmo tempo que iniciam um futuro incerto e engendram um renovado entendimento do passado e do motivo pelo qual ocorreram. Catástrofes associadas à mudança no clima e aos “desastres ambientais”⁷ deles derivados transformaram-se em questão pública na contemporaneidade, conquistando um espaço de destaque nos meios de comunicação brasileiros e internacionais. Jornais, revistas, blogs, páginas especializadas sobre o tema dedicam cada vez mais espaço às discussões que relacionam a mudança climática aos desastres e catástrofes, como as inundações e as secas⁸.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, diversas instituições internacionais começaram a empreender pesquisas voltadas aos desastres, contudo é nos anos 1980 que os desastres passaram a não ser considerados somente uma força externa, mas também como ocorrências sociais. A reconstrução após os desastres, além de ser entendida como esforço

⁶ Conforme terminologia utilizada pela Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR) pode ser considerado um desastre quando há a interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedam a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de lidar com a situação usando dos seus próprios recursos. Isto é, o desastre é o resultado da combinação existente entre a exposição a uma ameaça, as condições de vulnerabilidade presentes e a capacidade ou medidas insuficientes para reduzir ou lidar com as possíveis consequências negativas resultantes. O impacto pode incluir mortes, ferimentos, doenças e outros efeitos adversos sobre a perda física, mental, social e humana, juntamente com danos à propriedade, a destruição de bens, a perda de serviços, transtornos sociais e econômicos, e a degradação ambiental (UNISDR, 2009). Já o Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED, 2009) define um desastre como uma situação ou acontecimento que transpõe a capacidade local de superação do problema e, assim, implica a solicitação de assistência externa a um nível nacional ou internacional. O desastre pode ser associado a um evento imprevisto, que ocorre muitas vezes de forma súbita, e que causa grande dano, destruição e sofrimento humano. Os desastres são a convergência dos perigos com vulnerabilidades. Como tal, um aumento da vulnerabilidade ambiental, social ou econômica pode significar um aumento da frequência das catástrofes.

⁷ Os principais desastres ambientais são: biológicos (epidemias, infestação de insetos e debandada de animais), geofísicos (abalos sísmicos, erupções vulcânicas, desmoronamentos, desabamentos, deslizamento de terras, avalanches), hidrológicos (inundações, maremotos, tsunamis), meteorológicos (tempestades: ciclones tropicais e extratropicais, furacões, tufões), climáticos (estiagens, geadas, granizo, ondas de calor, ondas de frio) e hidrometeorológicos. Os desastres naturais são resultados de eventos adversos, sendo eles naturais ou provocados pelo homem, tudo dentro de um ecossistema vulnerável, podendo causar danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Sua intensidade depende muito da interação entre a magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema, sendo quantificada em função dos danos e prejuízos ocorridos (BRASIL, 2008).

⁸ Um dos trabalhos brasileiros que demonstram o aumento das abordagens relacionadas ao tema é a pesquisa Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira realizada pela ANDI, que analisou 50 jornais entre 2005 e 2007. Outro trabalho importante é o estudo etnográfico de Taddei e Gamboggi (2011) que veem na cobertura midiática das mudanças climáticas dificuldades, principalmente, por não demonstrar diversas experiências ambientais locais em relação ao clima, além da dificuldade de produzir narrativas e modelos explicativos sobre um tema que poucos dominam.

para voltar à normalidade, passou a ser avaliada como uma revelação do quê a sociedade definiria como normal.

Nesta direção, muitos pesquisadores passam a conceber que grande parte da população do mundo vive com os efeitos dos desastres⁹ e, para alguns, os eventos extremos fazem parte da vida cotidiana. Portanto, desastres não são apenas eventos extremos singulares, como a mudança climática, pois eles podem ocorrer regularmente na mesma sociedade (inundações, secas, terremotos), ou estar sempre presentes na construção de um imaginário de que algo vai ocorrer. Se são desastres “naturais ou provocados pelo homem”, os eventos catastróficos são inseparáveis de alguma forma de mudança social, seja através da adaptação, da colaboração ou da emergência de algum ativismo¹⁰.

A partir do impacto das alterações climáticas, os acontecimentos com que nos confrontamos hoje têm o caráter de imprevisíveis e não evitáveis. Podemos suspeitar que, diante das catástrofes, as abordagens de vulnerabilidade e de resiliência quando pensadas por modificações comportamentais, como manter a população em alerta, teriam efeitos biopolíticos. Isto, não porque utilizam técnicas de biopolítica, como estatísticas, mas sim porque elas se esforçam para tornar a vida passível de intervenções calculadas. Como problematiza Foucault (1994), cada sistema de conhecimento produziria verdades sobre a vida incerta e de como proteger essa vida mobilizando entendimentos específicos de vulnerabilidade e adaptação.

E nesse sentido, as catástrofes são cada vez mais presentes nas representações contemporâneas na mídia. É comum ver como a atenção centra-se no momento da crise, do alívio e da assistência imediata, o que enfatiza as características de excepcionalidade. No mesmo espírito, enfocam-se as atividades de prevenção em períodos após um desastre, registrando aí também a temporalidade no campo da exceção. No entanto, a apresentação de

⁹ Nas últimas três décadas, mais de 160 milhões de pessoas que vivem nas regiões da América Latina e do Caribe foram afetadas pelos desastres naturais. A preocupação com o aumento das catástrofes ambientais cresceu nos últimos anos e atualmente ocupa um grande espaço tanto nas discussões acadêmica quanto nas discussões política, e contribuiu para a criação de vários organismos internacionais dedicados à temática, tais como: United Nations Environment Programme (UNEP-UN), Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR-UN); Red Interamerica de Mitigation de Desastres e Red (RIMD-OEA), Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres en America Latina (LA RED). E ainda segundo o Relatório da Organização Internacional de Migrações (OIM, 2010), 20 milhões de pessoas tiveram que deixar seus locais de moradia, em 2008, devido a alguma catástrofe ambiental, enquanto outras 4,6 milhões se deslocaram dentro de seus países devido aos conflitos armados. Em 2010, a quantidade de refugiados climáticos ou ambientais chegou a 38 milhões de pessoas, ao passo que os refugiados políticos somaram 16 milhões, segundo a mesma fonte.

¹⁰ O Pnud aponta que os protestos em massa contra a poluição ambiental têm crescido em todo o mundo, como manifestantes em Xangai, na China, que lutaram por um duto de águas residuais, e na Malásia, moradores se opuseram à instalação de uma refinaria de metais.

um “tempo suspenso” deve ser questionada, pois a análise das catástrofes implica tomar os atores envolvidos e as políticas públicas para apreender o acontecimento em sua acepção mais ampla (Bensa, Fassin, 2002), dando a elas maior densidade ao registrá-las novamente em uma perspectiva de maior duração.

Para atenuar esta dificuldade, é necessário recolher as narrativas que modelam a catástrofe e que fazem dela uma realidade à parte. Aqueles que fizeram pesquisas sobre catástrofes dizem em comum que as narrativas das catástrofes constituem um recurso inesgotável (Langumier, 2008, Revet, 2007, Favier et Granet-Abisset, 2005). Originadas de testemunhas diretas ou indiretas, as reportagens e artigos da mídia, as declarações dos poderes públicos, as avaliações de especialistas, as homenagens, as memórias, todo este conjunto de narrativas diz o que é ou foi uma catástrofe.

Se dizer desastre ou catástrofe é representar uma desordem, uma ruptura, uma mudança, o que é dito e o que se constrói através da expressão desse desequilíbrio? O que está estruturalmente ligado à questão da ordem (social, política, religiosa) e do que a ameaça? A imputação da causa e da responsabilidade é comum às situações de ruptura e é no discurso público que a catástrofe geralmente indica a ocorrência de um acontecimento que colocou em falência os sistemas de prevenção e evidenciou a falta de uma ação adequada e oportuna.

Diante dessas questões, pretende-se identificar como os meios de comunicação narram, agendam e imaginam os “desastres naturais” a partir do cenário contemporâneo da mudança climática¹¹. Em que medida esta variável transforma ou não o relato das catástrofes, ao menos em relação à nossa modernidade mais recente quando a transformação do clima ainda não era tão assertiva? Uma análise comparativa é particularmente fecunda ao lidar com representações culturais das catástrofes, pois a comparação abre discursos aparentemente autossuficientes para reavaliação. Isto é importante quando se lida com eventos traumáticos, em que se torna difícil libertar-se emocionalmente das narrativas de sofrimento e perda (Fassin, 2006). Uma abordagem comparativa também é útil para dialogar com os pressupostos universalistas do desastre, permitindo identificar o jogo enunciativo contemporâneo.

¹¹ As mudanças climáticas têm como referência os relatórios mundiais sobre mudanças climáticas. O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) foi estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas. Seus impactos potenciais e opções de adaptação e mitigação. Embora atuando desde 1988, o IPCC teve como relatórios mais relevantes sobre o aumento de registros das mudanças climáticas globais, os dos anos de 2007, 2013 e 2014.

Com esse objetivo, foi selecionada a cobertura jornalística no “O Globo” de dois acontecimentos ocorridos em temporalidades distintas, e que supostamente sinalizariam concepções singulares sobre as catástrofes naturais permitindo identificar as transformações discursivas entre estes dois momentos: os fortes temporais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1966 e 2011. As enchentes de 1966, conforme afirma Lise Sedrez (2008) se fixaram na memória da cidade¹², tornando-se referência histórica para as chuvas subsequentes. Já as chuvas de 2011 foram consideradas a maior catástrofe climática do Brasil (Freitas, 2012). Escolher a imprensa permite-nos compartilhar o que o público comum tem acesso durante o momento das catástrofes, ou seja, a produção institucional das verdades e dos consensos.

As perguntas que orientaram a análise foram: qual a causalidade atribuída à catástrofe? Quais são soluções? Quais as previsões de futuro anunciadas? Qual a qualidade de soluções propostas numa escala entre a mitigação e a transformação? Pretende-se aqui apenas sugerir hipóteses de interpretação, pois sabe-se o quanto de complexidade e de diversidade o discurso da imprensa é composto. Como estratégia metodológica para respondermos a essas questões, foi realizado levantamento e análise das primeiras páginas do jornal O Globo publicadas no primeiro mês de ocorrência dos referidos temporais, ambos no mês de janeiro.

A primeira parte do artigo descreve resumidamente as principais abordagens teóricas contemporâneas sobre catástrofes; na segunda parte, a comparação das lógicas de mediação do tema é exposta nas avaliações das análises realizadas sobre o corpus empírico selecionado; e nas considerações finais, argumenta-se, a partir da comparação entre os dois momentos considerados, que em 1966, a causalidade dos eventos catastróficos é atribuída à natureza, e seu controle cabe às instituições do Governo por meio dos deslocamentos de população. Em 2011, a causalidade mais genérica está associada ao caos, tanto o climático quanto a irresponsabilidade das instituições governamentais, e seu controle é a instalação do estado de alerta permanente.

As catástrofes no campo social

Durante o século XX, as catástrofes se tornaram objeto de pesquisa nas ciências sociais (Gilbert: 2009), e receberam interesse renovado após o tsunami de 2004 no Sudeste

¹² Em 1966, a cidade do Rio de Janeiro ainda formava o Estado da Guanabara, o único caso no Brasil de uma cidade-estado.

Asiático e a passagem do furacão Katrina¹³, em Louisiana, 2005. Catástrofes como objetos de estudo das ciências sociais em geral buscam provar que tais eventos não são “naturais” ou aleatórios, mas sim resultado de múltiplos processos em que interagem o social, o cultural, o político, o econômico e processos ambientais. Busca-se, assim, ir além do curto espaço de tempo e da perspectiva midiaticizada que sempre domina em caso de desastres de grandes proporções.

O tsunami que devastou o Sudeste Asiático, o furacão Katrina e a enchente no Brasil em 2011, estas três catástrofes, embora muito diferentes, têm semelhanças significativas. Excepcionais em seus impactos, elas também caracterizam um novo perfil: a mudança climática passa a ser de fato um dos quadros no qual giram o pensamento e as estratégias de ação em matéria de desastres. Certamente, as relações entre clima e “desastres naturais” não são novas. Algumas das obras da década de 1970 já lidavam com a seca ao estudar os impactos do clima sobre as atividades humanas e os impactos das atividades humanas sobre o clima. O que muda nos anos 2000 é a inscrição desses estudos no contexto de um aquecimento acelerado e as consequências catastróficas previstas para o futuro próximo¹⁴. Com o aquecimento global, o horizonte catastrófico se espalha. Se os efeitos do Katrina afetam a comunidade científica norte-americana e as questões de política nacional, o tsunami e as alterações climáticas transformam significativamente o modo como as pessoas pensam e agem no mundo internacional de “desastres naturais”¹⁵. É neste contexto que, apesar dos investimentos de vários países em energias renováveis e sustentabilidade, o

¹³ O furacão Katrina, em 2005, ocorrido na cidade de Nova Orleans, na Flórida, nos EUA, torna-se um exemplo da vulnerabilidade à catástrofe e sua complexidade atual ao sobrepor um desastre natural, cuja intensidade para muitos cientistas se deve à mudança climática, à tecnologia humana, só que a falha dessa tecnologia foi justamente o colapso de um sistema de diques erguido para proteger os residentes e que contribuiu para que a cidade fosse invadida em 80% da sua área e contaminada massivamente com óleo, pesticidas, lixo que tomaram os rios. Catástrofe natural e humana que deixou visível uma população abandonada e vítima não só do furacão e da enchente como do isolamento social

¹⁴ O tsunami de dezembro de 2004 teve um impacto significativo sobre os atores e políticas internacionais na gestão de desastres e prevenção de riscos. Nas Nações Unidas, há um reforço da legitimidade internacional das instituições. A conferência de Kobe, realizada em janeiro de 2005, contribuiu para aumentar os ordenamentos jurídicos internacionais que resultam na captação de recursos significativos para as ações de prevenção ou de alerta precoce. O “Quadro de Ação de Hyogo, 2005-2015 O”, adotada por 168 países na conferência, se utilizou da literatura produzida pelas Ciências Sociais e convidou outros cientistas sociais para “promover uma abordagem estratégica e sistemática para a redução vulnerabilidade “e agir” em prol da constituição de nações e comunidades resilientes às catástrofes. Ver em:

<http://www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-french.pdf>

¹⁵ Nas últimas três décadas, mais de 160 milhões de pessoas que vivem nas regiões da América Latina e do Caribe foram afetadas pelos desastres naturais. A preocupação com o aumento das catástrofes ambientais cresceu nos últimos anos e atualmente ocupa um grande espaço tanto nas discussões acadêmicas quanto nas discussões política, e contribuiu para a criação de vários organismos internacionais dedicados à temática, tais como: United Nations Environment Programme (UNEP-UN), Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR-UN); Red Interamerica de Mitigation de Desastres e Red (RIMD – OEA), Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres en America Latina (LA RED).

mundo pode viver uma “catástrofe ambiental” em 2050, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Todos estão expostos às catástrofes ambientais, tanto países desenvolvidos quanto países subdesenvolvidos, pessoas ricas e pobres. No entanto, os estratos menos favorecidos ou mais pobres da população continuam a ser os mais atingidos frente aos riscos da sociedade global¹⁶, portanto os mais vulneráveis, apesar de os riscos ambientais não se refletirem apenas localmente. Eles se deslocam, invadem fronteiras, atravessam continentes e comportam danos sem limites, globais, incalculáveis e irreparáveis ao meio ambiente.

As implicações políticas de avaliação de vulnerabilidade nem sempre são imediatamente evidentes, e os desastres são vistos como um estado liminar, uma anomalia que interrompe a história. Como Susanna Hoffman (2002) argumentou, o espectro da catástrofe é perturbador porque interrompe a progressão histórica, e quando o desastre é recorrente, ele cria a impressão de a humanidade estar no tempo cíclico. Neste sentido, desastres são frequentemente concebidos como existentes além da história, portanto, da política. No entanto, pesquisadores como Kenneth Hewitt (1983) já indicavam a falácia dessa perspectiva desde a década de oitenta do século passado: ao invés de representar o colapso da ordem social e política historicamente constituídas, as catástrofes revelam a ordem normal de subordinação e desigualdade. Neste quadro, desastres, ao invés de eventos isolados, representam o culminar de processos históricos que resultaram em determinadas populações em um estado de maior vulnerabilidade, o que explica como um único desastre afeta grupos sociais distintos de maneiras muito diferentes¹⁷.

¹⁶ No Brasil, nos últimos dez anos, houve um aumento considerável dos desastres ambientais naturais de grande porte, provocados por enchentes, desmoronamentos e secas, o que causou a morte de aproximadamente cinco mil pessoas e prejuízos econômicos na ordem de trezentos milhões de dólares. Nas últimas três décadas, mais de 160 milhões de pessoas que vivem nas regiões da América Latina e do Caribe foram afetadas pelos desastres naturais. No Brasil, tanto o problema das secas quanto das inundações se agravaram e atingem praticamente todas as regiões do país, a ponto de que o Relatório de Avaliação Global (GAR) de 2011 da UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction) e o CRED (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters), alertarem a ONU sobre os problemas causados pelas enchentes no Brasil e a necessidade de que algo seja feito, pois, caso contrário, “muitas áreas urbanas vulneráveis estão destinadas a ver uma grande perda de vidas devido ao maior movimento de pessoas rumo às cidades”.

¹⁷ Várias entidades mundiais de monitoramento de desastres afirmam (CRED; IPCC-Intergovernmental Panel on Climate Change; ISDR, UNDRO) que indivíduos e comunidades são diferencialmente vulneráveis baseado em desigualdades expressas pelos níveis de riqueza e educação, capacidade e condições de saúde, bem como gênero, idade, classe e outras características sociais e culturais. Padrões de assentamento, urbanização e alterações nas condições socioeconômicas têm influenciado tendências observadas em exposição e vulnerabilidade a desastres. A redução da pobreza e melhoria das condições de saneamento e infraestrutura são aspectos que interferem na redução dos impactos relativos a desastres e na resiliência das comunidades (Parizzi: 2014).

Entretanto, a tendência observada na década de 2000 consiste em um abandono paulatino das questões da vulnerabilidade por falhas nas políticas de desenvolvimento e o crescente interesse pelos eventos excepcionais caracterizado por uma atração por soluções tecnológicas e pelo envolvimento das pessoas e comunidades em programas de prevenção¹⁸, em que as medidas hoje são mais formuladas em torno de resiliência às catástrofes e não para impedir que elas ocorram (Aradau, 2014).

As chuvas em janeiro de 1966

As chuvas fazem parte do cotidiano das cidades brasileiras. Foram por vezes até celebradas em música, como em “Águas de Março” de Tom Jobim. A história do Rio de Janeiro se confunde com as histórias de suas enchentes. As inundações ocorridas devidas a fortes temporais desde muito tempo provocam tragédias. O verão, tempo de chuvas, é sistematicamente, tempo de enchentes, pessoas desabrigadas e mortes. A enxurrada de 10 de janeiro de 1966 foi noticiada como “o maior temporal de todos os tempos”. Ela matou cerca de 200 pessoas, provocou mais de mil desabamentos em vários bairros e deixou mais de 50 mil desalojados. A cidade do Rio de Janeiro ficou em estado de calamidade pública. Seus moradores enfrentaram racionamento de gás, energia e água. Esgotos romperam e transbordaram nas águas pluviais e uma epidemia de leptospirose infectou mais de 70 pessoas.

Para as historiadoras Andréia Maia e Lise Sedrez (2011, 2008), as enchentes foram um alerta sobre a vulnerabilidade do Rio especialmente para as classes mais carentes: o temor de remoções forçadas, as queixas de abandono pelo poder público, a insegurança pela violência nas favelas, transparecem nas entrevistas da população afetada e contrastam com as tentativas do governo de responder ao problema com relatórios técnicos, pontuais e específicos.

No corpus analisado referente ao ano de 1966, as chuvas intensas e as suas consequências são avaliadas pela sua inevitabilidade, uma “normalidade do verão”. Nesta causalidade imputada, o “maior temporal sofrido na cidade” é inevitável, a natureza como agente da destruição:

¹⁸ Em 2005, foi assinado o Protocolo de Hyogo, no Japão, por 168 países para a geração de soluções coordenadas, em nível global, para a redução de riscos de desastres. O documento é apoiado pela UNISDR (Centro de Excelência da Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas). Suas principais diretrizes são: garantir que a redução de desastres seja uma prioridade nacional e local; identificar, avaliar e monitorar as áreas com risco de desastre, melhorando o sistema de alerta à população; utilizar o conhecimento, educação e inovação, criando uma cultura de segurança em todos os níveis.

Sabemos – e quem não o saberá? – que, por vezes, a resistência humana é impotente ante a fúria das forças naturais desencadeadas. A tromba d'água que caiu tão devastadora sobre o Rio foi sem precedentes. Nunca antes se registrou uma outra de igual fúria destruidora. (O Globo, 12 de janeiro de 1966).

A solução diante da causalidade inexorável é circunscrever um território de segurança que se não pode ser protegido das forças da natureza, poderia afastar as forças internas da cidade território: “criar uma faixa de segurança (...) dotar o Rio de Janeiro de condições de resistência à agressão das forças da natureza (...) o que se impõe é a remoção, pois representam chagas sociais incompatíveis com a nossa civilização”. (O Globo, 12 de janeiro de 1966).

O tempo presente está em destaque sem propostas de prevenção ambiental como perspectiva para o futuro e, ao mesmo tempo, sem o resgate dos antecedentes desta situação de emergência nas ações humanas e sociais. O foco maior está nas ações emergenciais. A participação popular das comunidades afetadas é minimizada e o destaque é dado aos militares, igrejas e escolas como agentes solidários no auxílio aos desabrigados. Nas narrativas jornalísticas, o destaque é para as vítimas das enchentes denominadas como “flageladas”, como em: “SOS dos flagelados mobiliza os...” (O Globo, 14 de janeiro de 1966); “movimento de solidariedade dos flagelados”; “o movimento de socorro aos flagelados na Guanabara prossegue...” (O Globo, 17 de janeiro de 1966); “Dez mil flagelados das enchentes recolhidos... serão removidos para a Vila Kennedy...” (O Globo, 24 de janeiro de 1966).

O acontecimento é nomeado como “flagelo” e suas vítimas, os “flagelados”, o que remete a uma terminologia do século XIX, quando eram utilizados os termos desastre, sinistro, flagelo, calamidade. Os termos remetem à ideia de punição, de castigo, registro de ação associado geralmente à perspectiva fatalista apoiada sobre uma visão normativa (Walter, 2008).

E é esta perspectiva fatalista que a mitigação futura fica restrita à extirpação do que é avaliado como o elemento chave da catástrofe, pois já que as chuvas de verão e suas enchentes são habituais, o que as transforma em catástrofes é o grande número de desabrigados e mortos, aqueles que vivem e ocupam “locais de risco”, as favelas¹⁹:

¹⁹ Em decorrência dessas chuvas, deu-se início as remoções das populações desabrigadas para vive em situações precárias na Vila Kennedy e na Cidade de Deus. Também foi criado ainda no ano de 1966 a GEO-RIO, que tem como atribuição legal a identificação de áreas de risco geológico, a concepção de projetos de remediação e a execução destes projetos.

Milhares de favelados retornaram anteontem e ontem a seus barracos, embora muitos deles possam desabar a qualquer momento. É a volta à miséria, no perigo de novas desgraças. No próximo verão, ou ainda neste, novo temporal poderá fazê-los correr novamente morro abaixo, com a lama, ou matá-los debaixo de seus próprios casebres. E a cidade, em pânico, novamente parecerá uma cidade bombardeada. Isso acontecerá no Rio até que o Estado resolva atacar de frente o problema das favelas (O Globo, 18 de janeiro de 1966).

As chuvas em janeiro de 2011

As chuvas ocorridas na Região Serrana do Rio de Janeiro, em particular os eventos ocorridos nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011, foram causadoras de uma das maiores catástrofes naturais registradas no Brasil. Cidades como Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, Sumidouro, dentre outras, foram atingidas. Houve inundações, deslizamento de encostas, rolamento de blocos enormes de pedras. Bairros inteiros foram soterrados, provocando a morte de mais de 900 pessoas em virtude de deslizamentos de terras e deixando milhares de desabrigados. Ao evento, que é chamado de a pior tragédia ambiental do Brasil, foram atribuídos como causalidades o desmatamento, a ocupação irregular de encostas, a irresponsabilidade do poder público e as mudanças climáticas globais.

No corpus de 2011, identificou-se a constante referência aos desastres como sendo “a tragédia” associada ao grande número de mortes e à extensão dos sofrimentos causados, como no título do jornal: “Tragédia e descaso” (O Globo, 13 de janeiro de 2011). Apesar de ser naturalizada “mais uma tempestade de verão provoca destruição e morte” (idem), é acentuado seu caráter ímpar: “Com 470 mortes, 214 apenas em Friburgo, catástrofe da Região Serrana supera outras enchentes históricas” (O Globo, 14 de janeiro de 2011). Destaca-se, entretanto, a irresponsabilidade pública: “Todos vítimas de uma tragédia que expõe não só a força da natureza mas o descaso de autoridades municipais, estaduais e federais” (O Globo, 13 de janeiro de 2011). Além da não utilização dos mecanismos de prevenção possíveis: “A história se repete. Como se não houvesse previsão do tempo, mais uma tempestade de verão provoca destruições e mortes no Rio, desta vez na Região Serrana” (O Globo, 13 de janeiro de 2011). A responsabilização das instâncias governamentais se deve por elas não utilizarem medidas preventivas, como tecnologias de alerta, pois apesar do aumento anormal do volume das chuvas, talvez como consequência das transformações climáticas e ambientais, “a tragédia” poderia ter sido prevista, medidas de prevenção e preparação para emergência tomadas, e a anormalidade do evento teria sido

amenizada: “...em meio às mudanças climáticas que tornarão as chuvas mais rigorosas, crescem o desmatamento, a ocupação irregular das encostas e a demora na liberação das verbas” (O Globo, 13 de janeiro de 2011).

Como soluções futuras são apontados equipamentos técnicos (radares), pessoal especializado e fortalecimento dos órgãos públicos para atenuação dos impactos futuros: “criar um sistema de alerta e prevenção de desastres naturais, além de reestruturar a Defesa Civil brasileira... Só em 2015, o país estará mais preparado para enfrentar catástrofes climáticas” (O Globo, 18 de janeiro de 2011).

Cabe destacar que este descaso enfatizado restringe-se às medidas de prevenção em situações emergenciais: “Brasil tem 5 milhões de pessoas em áreas de risco” (O Globo, 18 de janeiro de 2011); “Enfrentar catástrofes climáticas é algo a ser enfrentado com sistemas de alerta e reestruturação da Defesa Civil” (Idem); “remoções, radares meteorológicos e agentes comunitários (O Globo, 19 de janeiro de 2011). Investimento de prevenção para evitar ocupações irregulares de zonas de risco, pois “A história que se repete todos os anos – apenas o cenário muda – desta vez une pobres e ricos” (O Globo, 13 de janeiro de 2011). Como causalidade mais genérica, a associação ao caos climático: “ONU: 2010 prova caos climático” (O Globo, 21 de janeiro de 2011). Ao mesmo tempo que se culpabiliza a falta de prevenção das instituições governamentais por não possuir sistemas de alerta²⁰ e não impedir ocupações irregulares, ameniza-se este papel, pois trata-se de uma causalidade que está além da previsibilidade dos governos: a mudança climática. O que resta a fazer, em consequência, é mais uma função de precaução de modo a aliviar a dimensão catastrófica, mas não evitá-las. A mudança climática é utilizada como atenuante da possibilidade de intervenção e prevenção; a catástrofe não seria, portanto, só resultado das condições precárias de prevenção: “Pesquisadores dizem que embora seja precipitado associar as chuvas ao aquecimento global, o que aconteceu se encaixa no que dizem os modelos (O Globo, 14 de janeiro de 2011, p. 3)

Considerações Finais

A catástrofe, como identificamos, é inseparável das interpretações que ela suscita. Sua imprevisibilidade e sua devastação demandam uma explicação para dar alguma

²⁰ Esta ocorrência impulsionou a implementação do Plano de Emergência para chuvas fortes da Cidade do Rio de Janeiro o PEM-Rio. Elaborado em 2012 pela Subsecretaria de Defesa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – SUBDEC tinha por objetivo garantir a integridade física dos moradores de áreas de alto risco estabelecendo procedimentos para a desocupação rápida e segura dos moradores (CENAD, 2012; PEM-Rio, 2012).

causalidade ao acontecimento, atribuir-lhe suas origens possíveis e indicar o que poderá ser feito. Como conclusão provisória, dois regimes discursivos podem ser identificados com esta finalidade. O das enchentes de 1966 acentua as consequências sociais dos acontecimentos catastróficos, considerando que suas causas – ameaças naturais incontroláveis – são exteriores à sociedade atingida, as chuvas intensas e as suas consequências são avaliadas pela sua inevitabilidade, uma “normalidade do verão”. Nesta causalidade imputada, o “maior temporal sofrido na cidade” é nomeado como o “sujeito responsável”, o agente da destruição. Seu controle cabe às instituições do governo por meio dos deslocamentos da população desabrigada, “os flagelados”, vítimas dos castigos impostos pela natureza da região. O tempo presente está em destaque sem propostas efetivas de prevenção para o futuro, a não ser o deslocamento espacial da população, e sem resgate dos antecedentes desta situação de emergência nas ações humanas e sociais. O foco maior, portanto, é nas ações emergenciais e a participação popular das comunidades afetadas é minimizada.

Já o das chuvas de 2011 privilegia a má percepção do risco²¹, a falta de informação, a busca por soluções tecnológicas e desenvolvimento de “boas práticas”, como o treinamento da população em programas de prevenção diante da imprevisibilidade e da impotência diante das mudanças climáticas que atingiriam agora a todos, a dor de “ricos e pobres”. A causalidade é associada ao caos, tanto o climático quanto a irresponsabilidade das instituições governamentais. Como perspectiva futura, com os sistemas de alerta e controle das ocupações irregulares, as catástrofes serão amenizadas, pois a causalidade maior, mudanças climáticas, ela própria estaria além da previsibilidade dos governos. O que resta é mais uma função de precaução de modo a aliviar a dimensão catastrófica, mas não evitá-las. Como tal, técnicas de preparação transformam futuras catástrofes climáticas imprevisíveis em vulnerabilidades que podem ser mitigadas por modificações comportamentais, como manter a população em alerta. Cabe finalizar com uma indagação: seriam estas as atuais tecnologias biopolíticas que moldam a organização e o fluxo da vida social como medidas formuladas em torno de resiliência às catástrofes e não para impedir que elas ocorram?

²¹ Cabe ressaltar que o reconhecimento de que ameaças naturais e potenciais de desastres na região não são eventos tão inesperados e de que existe uma vulnerabilidade climática e geofísica favorável aos deslizamentos de terra e formação de enchentes (Guimarães, 2011).

Referências

- ANDI. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008. Brasília, DF. 2010
- ARADAU, C. Resilience: international policies, practices and discourses. In: **Resilience**, mai, 2014, p. 73-87.
- BANKOFF, G. Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters. **Historical social research**: 2007, 32(3):103-114.
- BENSA A. et FASSIN E. « Les sciences sociales face à l'événement », **Terrain**, n°38, 2002
- BRASIL. **Política Nacional de Defesa Civil**. Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2008.
- CALHOUN, C. The idea of emergency: humanitarian action and global (dis)order. In: FASSIN, D. E PANDOLFI, M. (orgs) **Contemporary states of emergency**. NY: Zone Books, 2013. p. 29-58
- CLAVANDIER. G. **La mort collective**. Pour une sociologie des catastrophes. Paris: CNRS, 2004
- FASSIN, Didier. “Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration”. In.: **Politix**, 2006, 73: 137-157.
- FAVIER R., GRANET-ABISSET A-M. (Dir.), **Récits et représentations des catastrophes naturelles depuis l'Antiquité**. Grenoble: CNRS MSH-Alpes, 2005
- FOUCAULT, Michel. Le souci de vérité (1984). In: **Dits et écrits**, tome 4 (1976-1988). Paris: Gallimard, 1994. p. 646-649
- FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência. saúde coletiva** [online]. v. 17, n. 6, PP, 2012.
- GUIMARÃES, Jean Remy Davée. Fatalidade ou desleixo? Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/fatalidade-ou-desleixo>. Publicado em 21 de janeiro de 2011. Acessado em: 15/09/2014.
- HEWITT, Kenneth, “The Idea of Calamity in a Technocratic Age”, in Kenneth Hewitt (org.), **Interpretations of calamity**. 1983. London: Unwin-Hyma, 3-32.
- HOFFMAN, Susanna; SMITH, Anthony Oliver (eds.). **Catastrophe & culture**: the anthropology of disaster. School for Advanced Research Press, USA, 2002.
- MAIA, Andréa Casa Nova e SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. **História oral**, v. 14, n. 2, p. 221-254, 2011.
- PARIZZI, M.P. Desastres naturais e induzidos e o risco urbano. In: **Geonomos**, 22(1), 1-9, 2014 Disponível em: www.igc.ufmg.br/geonomos. Acesso outubro de 2014.
- RENET, Sandrine e LANGUMIER, J. (dir.) **Le gouvernement des catastrophes**. Paris: Karthala, 2013
- RENET, S. Le sens du désastre. Les multiples interprétations d'une catastrophe “naturelle” au Venezuela. In: **Terrain**, n°54, 2010, p. 42-55.

SEDREZ, Lise, Cidade alagada: chuvas de verão, classe e estado no Rio de Janeiro, 1966-1967. **Maquinações**, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/maquinacoes/art_5.html>.

TADDEI, Renzo. e GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. In.: **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

UN-ISDR. **International strategy for disaster reduction**. Terminology on Disaster Risk Reduction. 2009. Disponível em: <<http://www.unisdr.org>> Acesso em: 10 maio 2014.

VAZ, P. e RONY, G. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. **Famecos**, 18 (1), 2011: p. 212-234.

WALTER, François. **Catastrophes: une histoire culturelle, XVIe-XXIe siècle**, Paris, Seuil, 2008.